

**XIII CONCURSO PARA PROVIMENTO DO CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO**

PROVA DA 1ª FASE ETAPA 02

QUESTÃO 51

Assinale a alternativa que não traduz o entendimento sumulado do TST a respeito dos bancários:

- a) as empresas de crédito, financiamento ou investimento, também denominadas financeiras, equiparam-se aos estabelecimentos bancários para os efeitos do art. 224 da CLT;
- b) para o bancário mensalista sujeito à jornada de 6 (seis) horas o salário-hora é calculado com base no divisor 180 e para o bancário sujeito à jornada de 8 (oito) horas (art. 224, §2º, da CLT) o divisor é 220;
- c) o advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, não exerce cargo de confiança, não se enquadrando, portanto na hipótese prevista no § 2º do art. 224 da CLT.
- d) integra a remuneração do bancário a vantagem pecuniária por ele auferida na colocação ou na venda de papéis ou valores mobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, desde que seja exercida essa atividade no horário e no local de trabalho e com o consentimento expresso do banco empregador;
- e) o caixa bancário, ainda que caixa executivo, não exerce cargo de confiança. Se perceber gratificação igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo, ela remunera apenas a maior responsabilidade do cargo, e não as duas horas extraordinárias além da sexta.

QUESTÃO 52

Sobre a equiparação salarial, contraria entendimento de súmula do TST afirmar:

- a) para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função, e não no emprego;
- b) não é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, ante a dificuldade de ser avaliada a perfeição técnica desse tipo de trabalho por critérios objetivos;
- c) é desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita;
- d) na ação de equiparação salarial, a prescrição é parcial e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento;
- e) o conceito da “mesma localidade” de que trata o art. 461 da CLT refere-se, em princípio, ao mesmo município ou a municípios distintos que comprovadamente pertençam à mesma região metropolitana.

QUESTÃO 53

Assinale a alternativa incorreta em relação ao aviso prévio no contrato de trabalho:

- a) em se tratando de aviso prévio devido pelo empregador ao empregado despedido, a jornada será reduzida, sem prejuízo da integralidade dos salários, ou, se assim o preferir o empregado, haverá interrupção do contrato de trabalho durante sete dias corridos;
- b) não cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência;
- c) reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio;
- d) o tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito da indenização adicional prevista no art. 9º da Lei nº 6.708/79;
- e) o direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo o empregado, e o pedido de dispensa do seu cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.

QUESTÃO 54

Assinale a alternativa incorreta:

- a) em caso de rescisão do contrato de trabalho, todo empregador deverá pagar as verbas rescisórias incontroversas na data do comparecimento à Justiça do Trabalho, sob pena de pagá-las acrescidas de 50% (cinquenta por cento);
- b) conforme previsto na CLT, o pagamento das parcelas rescisórias deverá ser efetuado até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato ou até o décimo dia contado da data da notificação da demissão quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa do seu cumprimento;
- c) o pagamento das verbas rescisórias será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, e qualquer compensação no pagamento não poderá exceder o equivalente a um mês da remuneração do empregado;
- d) sobrevindo morte do empregador pessoa física, extingue-se, de plano, o contrato de trabalho, não tendo o empregado direito ao aviso prévio a ao acréscimo de 40% sobre o montante do FGTS, tendo em vista que o contrato não foi objeto de denúncia, mas de caducidade;
- e) ocorrendo qualquer das justas causas previstas nas alíneas “a” a “g” do art. 483 da CLT (rescisão indireta), o empregado deverá ajuizar a competente ação visando à rescisão do contrato de trabalho perante a Justiça do Trabalho.

QUESTÃO 55

Sobre as férias previstas na CLT, é incorreto afirmar:

- a) implicam interrupção do contrato de trabalho;
- b) são de 30 dias, podendo ser reduzido esse número proporcionalmente ao número de faltas injustificadas contadas no período aquisitivo, até o limite de 32, e ultrapassado esse limite perde-se o período aquisitivo e reinicia-se a contagem de novo período;
- c) a prescrição das férias, durante a fluência do contrato de trabalho, conta-se do término do respectivo período aquisitivo, isto é, logo em seguida ao termo final do período de aquisição do direito;
- d) podem ser fracionadas em dois períodos, desde que um deles seja de no mínimo 10 dias, salvo em se tratando de empregado menor de 18 anos ou maior de 50 anos;

- e) devem ser concedidas pelo empregador nos doze meses subsequentes à data da aquisição do direito pelo empregado, sob pena de ser compelido a pagá-las em dobro.

QUESTÃO 56

Sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino, disciplinado pela Lei nº 6.494/77 e pelo Decreto nº 87.497/82, é incorreto afirmar:

- a) o termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente da oportunidade do estágio curricular, com a interveniência da instituição de ensino, constitui requisito de validade da contratação, estando isentos de celebração de termo de compromisso os estágios realizados sob a forma de ação comunitária;
- b) os estagiários devem estar regulamente matriculados e freqüentar cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial;
- c) apesar de a lei que instituiu o estágio dispor que ele não cria vínculo empregatício, essa presunção legal não é absoluta, já que o pacto celebrado pode ser declarado nulo pela Justiça do Trabalho na hipótese de estar demonstrado que foi utilizado com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na CLT;
- d) o estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário, de modo a propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, e desde que planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares;
- e) a jornada de atividade em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar, não podendo ultrapassar 6 (seis) horas diárias.

QUESTÃO 57

Assinale a alternativa incorreta:

- a) o empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria;
- b) o empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente;
- c) havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade do dirigente sindical;
- d) a mensalidade sindical é paga apenas pelos associados ao sindicato, na forma prevista no estatuto de cada entidade sindical, enquanto que a contribuição sindical é recolhida uma só vez, anualmente, na importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho dos empregados;
- e) categoria profissional diferenciada é a que se forma por empregados ou empregadores que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

QUESTÃO 58

Assinale a alternativa incorreta:

- a) o adicional de insalubridade devido a empregado que, por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, percebe salário profissional será sobre este calculado;
- b) cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas;
- c) os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, devendo ser remunerado como serviço extraordinário se acrescido ao final da jornada;
- d) o legislador cunhou a expressão “adicional” para identificar a contraprestação específica do trabalho penoso, perigoso ou insalubre, que tem natureza indenizatória;
- e) durante as horas de sobreaviso o empregado não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade nas mencionadas horas.

QUESTÃO 59

Assinale a alternativa incorreta:

- a) considera-se menor para os efeitos da CLT o trabalhador de 14 até 18 anos;
- b) o contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos, conforme a CLT;
- c) contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 18 (dezoito) anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação;
- d) havendo aborto não criminoso, comprovado por atestado médico, a mulher terá direito a um repouso remunerado de duas semanas;
- e) assim como em relação à mulher, também é vedado empregar o menor em serviço que exija força muscular superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional, não estando, no entanto, compreendida nessa determinação a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

QUESTÃO 60

Em relação às normas especiais da CLT que regulam o exercício da atividade do professor, é incorreto afirmar:

- a) durante as férias escolares o professor permanece à disposição do empregador, percebendo seus salários normalmente. Porém, nesse período só lhe poderão ser exigidos serviços relacionados com exames;
- b) se o professor for despedido sem justa causa ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares, devem ser assegurados a ele os salários correspondentes a esse recesso, por considerar-se a dispensa obstativa da aquisição desse direito;

- c) a prestação dos serviços relacionados a exames durante as férias escolares deverá ser paga como hora extra;
- d) o pagamento do professor far-se-á mensalmente, considerando-se para esse efeito cada mês constituído de quatro semanas e meia;
- e) o professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 a título de repouso semanal remunerado.

QUESTÃO 61

Segundo os doutrinadores, vários fenômenos sócio-econômicos verificados no final do século XX afetaram o labor dependente, subordinado ou por conta alheia, que constitui o objeto central do Direito do Trabalho. Considerando as alternativas abaixo, assinale qual delas não tem relação com esse enunciado:

- a) fortes reivindicações das camadas sociais organizadas, porém desfavorecidas econômica e socialmente, tal como a classe operária, as quais passaram a exigir formas de intervenção do Estado em esferas como a laboral e previdenciária, fizeram surgir um novo modelo estatal, que viria a se consolidar como o Estado Social;
- b) descentralização da produção e fragmentação do trabalho;
- c) fusão e incorporação de empresas e trabalho a distância;
- d) grande expansão do setor de serviços, que representa mais da metade da população da classe trabalhadora formal;
- e) grande expansão do setor informal (desregulado, clandestino, precário), completamente distanciado dos sistemas de proteção instituídos pelo Direito do Trabalho.

QUESTÃO 62

Sobre a estabilidade provisória no emprego no Direito brasileiro, é incorreto afirmar:

- a) têm estabilidade provisória legal no emprego o dirigente sindical, a empregada gestante, o trabalhador eleito para o cargo de titular ou suplente junto à CIPA, o trabalhador indicado para integrar na condição de representante dos trabalhadores o

Conselho Curador do FGTS, o dirigente de cooperativa de trabalhadores, o representante dos empregados membro da comissão de conciliação prévia;

- b) conforme entendimento manifestado em súmula pelo TST, o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador no momento do despedimento sem justa causa da empregada afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade provisória da gestante;
- c) o trabalhador acidentado tem estabilidade provisória pelo prazo de 12 meses após a cessação do benefício previdenciário, desde que o afastamento do serviço seja superior a 15 dias e ele tenha percebido o auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego, conforme entendimento sumulado do TST;
- d) também conforme súmula do TST, a estabilidade provisória do cipeiro não constitui vantagem pessoal, mas garantia para as suas atividades como membro da CIPA, que somente tem razão de ser quando em atividade a empresa. Extinto o estabelecimento, não se verifica a despedida arbitrária, sendo impossível a reintegração e indevida a indenização do período estabilitário;
- e) sob o ponto de vista econômico, o conceito de estabilidade corresponde à política oficial de garantia de pleno emprego, atendendo ao valor social do trabalho, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. E sob o ponto de vista jurídico, consubstancia o direito do empregado de manter-se no emprego, salvo situações previstas em lei que retiram do empregador o direito potestativo de rescindir o contrato de forma aleatória.

QUESTÃO 63

Assinale a alternativa incorreta:

- a) enquanto que a administração direta é composta de órgãos internos do Estado, a administração indireta se compõe de pessoas jurídicas;
- b) a administração direta do Estado desempenha atividades administrativas do Estado de forma centralizada;
- c) entre as propostas do movimento chamado Consenso de Washinton, no qual economistas do governo norte-americano, do Banco Mundial e do FMI elaboraram

uma espécie de “cartilha” a ser seguida pelos países em desenvolvimento, destacam-se as que defendem a redução da intervenção do Estado nas atividades econômicas, com a privatização das empresas estatais de produção de bens e prestação de serviços, seguidas da redução das atividades antes reservadas ao monopólio estatal;

- d) com a transferência para a iniciativa privada de várias atividades até então exercidas pelo Estado, por meio do processo que ficou conhecido como “privatização”, foram criadas as denominadas agências reguladoras, entidades com típica função de controle desses serviços e atividades, cujos servidores sujeitam-se ao regime da CLT;
- e) as agências executivas se distinguem das agências reguladoras e destinam-se a exercer atividade estatal que, para melhor desenvoltura, deve ser descentralizada.

QUESTÃO 64

Sobre os servidores públicos é incorreto afirmar:

- a) revelando a preocupação com os servidores ineficientes, foi acrescentado à Constituição Federal norma dispondo que, como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade;
- b) a Constituição impõe que o servidor preencha alguns requisitos para adquirir o direito à aposentadoria voluntária, e atualmente esses requisitos são: ter o servidor 35 anos de contribuição, se homem, e 30, se mulher; ter idade mínima de 60 anos, se homem, e 55, se mulher; ter cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e ter ocupado cargo efetivo por 5 anos;
- c) efetividade é a situação jurídica que qualifica a titularização de cargos efetivos para distinguir-se da que é relativa aos ocupantes de cargos em comissão;
- d) sujeita-se à regra do teto remuneratório previsto na Constituição Federal qualquer tipo de remuneração dos servidores, bem como os proventos e pensões, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais de qualquer natureza, sendo computadas inclusive as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei;
- e) a demissão e a exoneração são atos administrativos que ensejam a extinção do vínculo estatutário do servidor público, ocasionando a vacância dos cargos; enquanto a demissão é ato de caráter punitivo, a exoneração é a dispensa do servidor por

interesse dele ou da administração, não havendo qualquer conotação de sentido punitivo.

QUESTÃO 65

Assinale a alternativa incorreta, em sede do Direito Administrativo:

- a) controle judicial é o poder de fiscalização que os órgãos do Poder Judiciário exercem sobre os atos administrativos do Executivo, do Legislativo e do próprio Judiciário;
- b) o controle jurisdicional caracteriza-se como controle externo, de regra *a posteriori*, repressivo ou corretivo, podendo apresentar conotação preventiva, e é desencadeado por provocação e efetuado por juízes dotados de independência;
- c) a Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da inafastabilidade do controle do Poder Judiciário ao dispor que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”;
- d) com base na lei de execuções fiscais (Lei nº 6.830/80), o juiz poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente contra a Fazenda Pública;
- e) quem sofrer lesão a direito ou estiver sob ameaça de lesão a direito, advinda de atividade administrativa, é obrigado a interpor recurso administrativo primeiro para depois, decidido este, ajuizar ação judicial.

QUESTÃO 66

Sobre os poderes de polícia e disciplinar da administração é incorreto afirmar:

- a) o poder de polícia constitui limitação à liberdade individual, mas tem por fim assegurar esta própria liberdade e os direitos essenciais do homem;
- b) a administração pode expressar o poder de polícia por meio de decretos, resoluções, portarias, instruções, despachos;
- c) os direitos fundamentais declarados e assegurados pela Constituição Federal não configuram limites ao exercício do poder de polícia;
- d) além dos deveres de desempenho das atribuições do cargo ou função, de honestidade ou probidade, de lealdade ou fidelidade, de obediência, é dever do servidor público

manter segredo a respeito de assuntos funcionais de que teve ciência no exercício de suas atribuições, podendo o desatendimento desses deveres resultar em perda do cargo;

- e) o exercício do poder disciplinar apresenta-se como dever da autoridade administrativa, pois se ela tiver ciência de irregularidade no serviço público deverá promover a apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

QUESTÃO 67

Assinale a alternativa que não está em consonância com o entendimento sumulado do TST:

- a) a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional;
- b) a contratação de servidor público após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, importa na nulidade do contrato e somente produz efeitos para pagamento das horas trabalhadas;
- c) os privilégios e isenções no foro da Justiça do Trabalho não abrangem as sociedades de economia mista, ainda que tenham gozado desses benefícios anteriormente ao Decreto-lei nº 779, de 21.08.1969;
- d) a Fazenda Pública está sujeita ao duplo grau de jurisdição em dissídio individual, no qual tenha sido proferida decisão desfavorável contra ela, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos;
- e) o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica na responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, mas desde que hajam participado da relação processual e constem do título executivo judicial.

QUESTÃO 68

Sobre a transmissão das obrigações (CCB) assinale a alternativa incorreta:

- a) responde o cedente pela existência do crédito quando inexistente no momento da cessão, que será então nula;
- b) o cessionário terá os mesmos direitos do credor a quem substituiu na obrigação, com todas as vantagens e ônus, assim como os acessórios;
- c) o cessionário passará a ocupar a mesma posição do cedente, pois, ante a mutação subjetiva operada, poderá proceder em relação ao crédito como se fosse o credor originário;
- d) a cessão de débito ou assunção de dívida tem como pressupostos a existência e a validade da transferência, a substituição do devedor, com alteração do vínculo obrigacional ou da relação jurídica, a concordância do credor, e a observância da capacidade dos contratantes, o objeto lícito e possível e a forma legal;
- e) a cessão de débito realizar-se-á mediante expromissão e delegação, tendo como efeitos a liberação, a transferência do débito a terceiro, a cessação dos privilégios e garantias pessoais e a sobrevivência das garantias reais, com exceção das garantias especiais (aval, fiança e hipoteca de terceiro) que foram constituídas em atenção à pessoa do devedor, salvo se consignar sua anuência, entre outros efeitos.

QUESTÃO 69

Assinale a alternativa correta, segundo o Código Civil:

- a) sobre a aquisição de direitos é possível afirmar que eles são atuais ou futuros, sendo atuais os completamente adquiridos e os futuros os que a aquisição não se acabou de operar. Exemplo do primeiro: a compra e venda, com pagamento do preço e tradição da obra de arte. Exemplo do segundo: a compra e venda de uma residência em prestações mensais que terminarão somente no final do corrente ano. Os futuros serão ainda deferidos e não deferidos;
- b) a expectativa de direito é mera possibilidade ou esperança de adquirir um direito. São exemplos disso: eventual tentativa de penhor de um crédito futuro e a hipoteca de bens futuros, bem como a situação do herdeiro testamentário que aguarda a abertura da sucessão;
- c) o direito condicional é o que só se perfaz pelo advento de um acontecimento futuro e certo de modo que o titular só o adquire se sobrevier a condição;

- d) somente com a alteração da sua substância os direitos podem sofrer modificação em seu conteúdo, objeto e em seus titulares;
- e) todas estão corretas.

QUESTÃO 70

Assinale a proposição incorreta, em sede do Direito Civil:

- a) são anuláveis os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio;
- b) ocorre o erro substancial quando a natureza do negócio, ao objeto principal da declaração ou a alguma das qualidades a ele essenciais, ou concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, mesmo sem influência nesta de modo relevante;
- c) é nulo o negócio jurídico nas seguintes hipóteses: celebrado por pessoa absolutamente incapaz, é ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto; o motivo determinante, comum a ambas as partes, é ilícito; não se reveste da forma prescrita em lei; é preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade; seu objetivo é fraudar lei imperativa; a lei taxativamente o declara nulo ou proíbe a sua prática, sem cominar sanção;
- d) é nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma. É caso de simulação nos negócios jurídicos os instrumentos particulares antedatados ou pós-datados;
- e) é nula a renúncia à decadência fixa em lei.

QUESTÃO 71

Sobre a confissão, em sede processual civil, assinale a alternativa correta:

- a) forte na doutrina majoritária, a confissão é pena imposta ao autor, e não simples concordância com os fatos desfavoráveis que lhe foram imputados, presumindo-os verdadeiros;
- b) de acordo com o Código de Processo Civil, é plenamente aceitável a confissão acerca de direitos indisponíveis;

- c) a lei só não aceitou como válida, mas equiparou, em termos de eficácia probatória, à confissão judicial aquela realizada extrajudiciário feita verbalmente à parte ou a quem á represente, feita a terceiro ou contida em testamento;
- d) confissão é, de regra, indivisível. Cindir-se-á, todavia, quando o confidente lhe aduzir fatos novos, suscetíveis de construir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção;
- e) a confissão é sempre indivisível, porquanto não pode a parte, que a quiser invocar como prova, aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável.

QUESTÃO 72

É caso de nomeação à autoria quando:

- a) perante credores solidários, exigir o credor de um ou de alguns deles parcial ou totalmente a dívida comum;
- b) em regra, aquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda;
- c) segundo o modelo clássico adotado pelo Código Instrumental Civil, aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá indicar o proprietário ou possuidor;
- d) até a entrega da prestação jurisdicional, o interessado pretender, no todo ou em parte, a coisa ou direito sobre o qual controvertem as partes;
- e) o terceiro intervém no intuito de auxílio de uma das partes contra a outra, em razão do interesse jurídico que tem na vitória daquela e na derrota desta.

QUESTÃO 73

A propósito da modificação de competência, conexão e continência, nos moldes do Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) dá-se a continência quando em duas ou mais ações lhes for comum o objeto ou a causa de pedir;
- b) reputam-se conexas duas ou mais ações sempre que há identidade das partes e da causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras;
- c) a competência em razão da matéria é inderrogável por convenção das partes, mas elas podem modificar a competência em razão do valor, da hierarquia e do território,

elegendo o foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações. O acordo só produz efeito quando constar de contrato escrito e aludir expressamente a determinado negócio jurídico;

- d) se o imóvel estiver situado em mais de um Estado ou comarca, determinar-se-á o foro pela prevenção, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel;
- e) o juiz da causa principal não é competente para a reconvenção, a ação declaratória incidente, as ações de garantia e outras que digam respeito ao terceiro interveniente.

QUESTÃO 74

Considerando a sede processual civil e as ações de natureza civil, assinale a preposição incorreta:

- a) ação civil é a que tem por objeto uma lide civil. É ação não penal. Pública por seu conteúdo, porque objetiva proteger interesses difusos ou coletivos. Se toda a ação civil, mediatemente, persegue a consecução do interesse público, na órbita processual civil, seu objetivo imediato é, em geral, a dedução de uma pretensão menor, isto é, particular. Quando, no entanto, a própria pretensão geradora da lide deflui de interesses difusos ou coletivos, trata-se da ação civil pública. Ação civil pública, no caso da improbidade administrativa, é a ação civil de interesse público imediato, ou seja, a utilização do processo civil como um instrumento para a proteção de um bem, cuja preservação interessa à coletividade;
- b) a Caixa Econômica Federal é parte legítima exclusiva para responder pela demanda em que se pleiteia correção monetária de saldos de FGTS. O anterior ajuizamento de ação civil pública não acarreta litispendência com ações individuais, na forma da jurisprudência do STJ;
- c) os Tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade com os demais Tribunais e os órgãos sob sua jurisdição.
- d) contra o revel que não tenha patrono nos autos correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar, tenha ele patrono nos autos ou não;

- e) o Ministério Público tem legitimidade para recorrer e oferecer contra-razões, tanto no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei.

QUESTÃO 75

Assinale a alternativa incorreta, sob a ótica do Direito Processual Civil:

- a) o juiz pode, de ofício ou a requerimento da parte interessada, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa;
- b) a parte deverá ser interrogada na mesma forma prescrita para a inquirição de testemunhas;
- c) o juiz deve permitir que a parte faça consulta a notas breves, que objetivem complementar esclarecimentos;
- d) no Juízo Cível, vale como confissão a admissão, em Juízo, de fatos relativos a direitos, ainda que indisponíveis;
- e) a parte não é obrigada a depor sobre fatos criminosos ou torpes que lhe forem imputados, nem a cujo respeito deva guardar sigilo profissional.

QUESTÃO 76

Assinale a assertiva errada, sob a ótica do Direito Processual Civil:

- a) o juiz da causa pode ser arrolado como testemunha, devendo se declarar impedido se tiver conhecimento de fatos que possam influir na decisão;
- b) as perguntas que o juiz indeferir não precisam ser transcritas na ata, salvo requerimento específico da parte que as teve indeferidas;
- c) os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outro recurso para todas as partes;
- d) quando manifestamente protelatórios os embargos, o embargante fica sujeito a pagar à parte contrária multa não excedente de 1% (um por cento) sobre o valor da causa;
- e) a sentença homologatória de conciliação que versa sobre matéria não posta em Juízo pode ser considerada como título judicial.

QUESTÃO 77

No acórdão publicado pelo Tribunal Regional do Trabalho foi reformada a sentença de primeiro grau para reconhecer o vínculo de emprego e determinar o retorno dos autos à origem para julgamento do mérito dos demais pedidos da inicial. Qual o recurso que caberia dessa decisão?

- a) recurso de revista;
- b) agravo de instrumento;
- c) agravo regimental;
- d) agravo retido;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 78

Considerando as novas competências para a Justiça do Trabalho, é errado afirmar:

- a) é da competência da Justiça Comum julgar a ação de indenização por dano moral proposta pela viúva do empregado morto em decorrência de acidente do trabalho;
- b) segundo as orientações do TST, o processo dessas novas ações deverá adaptar-se naquilo que não for incompatível com a CLT;
- c) é da competência da Justiça do Trabalho julgar a ação de indenização por dano moral e material decorrente do acidente de trabalho postulada pelo empregado;
- d) havendo pedido do empregado nesse sentido, o Juiz do Trabalho é competente para apreciar e determinar o recolhimento das contribuições fiscais que não foram recolhidas pelo empregador ao longo do contrato;
- e) é possível dizer que o INSS atualmente detém no processo a condição de terceiro interessado, o que, na prática, o habilita a interpor recurso ordinário das sentenças homologatórias de acordos visando à incidência das contribuições previdenciárias.

QUESTÃO 79

É correto afirmar:

- a) não ocorre deserção de recurso ordinário interposto pelo Consórcio de Automóveis em Liquidação determinada pelo Banco Central por falta do depósito recursal;

- b) A regra do processo civil que admite a invocação de fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito, superveniente à propositura da ação, é aplicável de ofício aos processos em curso em qualquer instância trabalhista;
- c) é cabível a oposição de embargos declaratórios à decisão monocrática do relator que denega recurso, sendo sempre convertidos em agravo, em face dos princípios da fungibilidade e da celeridade processual, uma vez que a decisão será do colegiado;
- d) na ação rescisória subsiste a confissão derivada da revelia;
- e) uma das condições de validade dos atos praticados pelo substabelecido é a pré-existência no mandato de poderes expressos para substabelecer.

QUESTÃO 80

Quanto ao Processo do Trabalho é correto afirmar:

- a) as decisões contrárias à Fazenda Pública em dissídio individual estão sempre sujeitas ao duplo grau de jurisdição;
- b) o princípio denominado “persuasão racional” corresponde à ampla liberdade na formação do convencimento jurídico do juiz e independe da prova dos autos;
- c) havendo a um só tempo arguição de suspeição do juiz e de incompetência do Juízo, deverá ser examinada primeiramente a suspeição, vez que a necessidade de um juiz imparcial a decidir prevalece sobre as demais matérias;
- d) a sentença, mesmo ao se pronunciar sobre matérias corriqueiras e comuns, precisa fazer a indicação dos dispositivos legais incidentes;
- e) nenhuma das afirmações anteriores está correta.

QUESTÃO 81

Assinale a afirmação incorreta sobre o benefício previdenciário denominado auxílio-acidente:

- a) trata-se de uma indenização previdenciária paga mensalmente sem caráter substitutivo do salário e só é paga após a alta médica;
- b) não pode ser pago ao empregado que se encontre trabalhando;
- c) ao contrário da renda mensal vitalícia, esse benefício previdenciário não foi extinto;
- d) o empregado doméstico não tem direito a esse benefício.
- e) pode ser cumulado com outros benefícios previdenciários, exceto aposentadoria .

QUESTÃO 82

Em relação ao atual Código Civil Brasileiro, assinale a afirmação correta:

- a) o sócio que se retirou da sociedade em período anterior à admissão de empregado responde pela execução trabalhista deste somente até dois anos após a sua saída;
- b) o sócio remanescente de uma sociedade composta por apenas dois sócios poderá prosseguir nessa situação por 180 dias;
- c) na Sociedade Simples determinado sócio pode ser excluído de participar dos lucros e das perdas, desde que essa condição esteja expressamente prevista no contrato social;
- d) o adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de cinco anos;
- e) na Sociedade Simples, se os bens da sociedade não lhe cobrirem as dívidas, respondem os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidária.

QUESTÃO 83

Em relação ao aeronauta não é possível afirmar:

- a) que a sua carga horária semanal tem uma limitação de 60 horas;
- b) que a duração da jornada pode atingir até 20 horas;
- c) que o voo noturno deve ser considerado entre as 22 e as 5 horas;
- d) que a hora noturna tem a duração de 52'30";
- e) que a sua alimentação, quando em voo, deve ser servida com intervalos máximos de 4 horas.

QUESTÃO 84

Assinale a alternativa incorreta, em sede processual trabalhista:

- a) não havendo condenação em pecúnia na sentença, para o processamento do recurso ordinário é desnecessário o depósito recursal do valor arbitrado à condenação para efeitos de custas;
- b) em caso de fechamento da empresa, a realização de perícia visando a apurar a insalubridade não é obrigatória;

- c) garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer é inconstitucional;
- d) a comprovação do depósito recursal deve ser feita simultaneamente com o recurso ordinário e o protocolo antecipado deste em relação ao prazo final não autoriza a comprovação em momento diferente por razões de celeridade da marcha processual;
- e) sempre que houver litisconsórcio passivo, o depósito recursal para fins de interposição do recurso ordinário em sentença condenatória só precisa ser efetuado por um dos reclamados quando a empresa que efetuou o depósito não pleitear sua exclusão da lide .

QUESTÃO 85

Sobre a prescrição no Direito Processual do Trabalho em relação às nulidades, assinale a alternativa incorreta:

- a) não há que se falar em prescritibilidade ou não dos atos nulos, mas sim em prescritibilidade do direito de ação que vise a anular os efeitos dos atos supostamente nulos, segundo a melhor doutrina;
- b) na falta de previsão expressa na CLT, deve ser aplicada no Direito do Trabalho a teoria das nulidades do Direito Comum.
- c) a ação que visa a anular os efeitos dos atos nulos não prescreve;
- d) o entendimento sumulado pelo TST é de que, em se tratando de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei,
- e) a supressão de comissões sujeita-se à prescrição total em virtude de cuidar-se de parcela não assegurada por preceito de lei.

QUESTÃO 86

Assinale a hipótese errada, em sede processual trabalhista.

Extingue antecipadamente o processo trabalhista:

- a) o indeferimento da petição inicial;
- b) o arquivamento da reclamação por ausência do reclamante à audiência inicial;
- c) a negligência do autor em movimentar o processo, por mais de um ano, após regularmente intimado, por aplicação subsidiária;
- d) a desistência da ação pelo autor, em qualquer fase do processo;
- e) o não-pronunciamento do autor, na hipótese da letra “c”, em 48 horas, contadas da intimação para requerer o andamento do processo.

QUESTÃO 87

Em relação à atuação do advogado no processo em geral (civil e trabalhista), assinale a alternativa correta:

- a) para o advogado confessar em nome de seu cliente, a procuração geral para o foro da cláusula *ad judicium* é suficiente;
- b) o advogado poderá, a qualquer tempo e sem outras formalidades, renunciar ao mandato, continuando a representar o mandante, desde que necessário para evitar-lhe prejuízo durante os 10 (dez) dias seguintes;
- c) é defeso ao juiz atuar no processo contencioso ou voluntário quando nele estiver postulando, como advogado da parte, qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral até o segundo grau;
- d) sempre que os advogados das partes assim convencionarem a audiência poderá ser adiada;
- e) *jus postulandi* autoriza a atuação irrestrita da parte, em todos os procedimentos e fases processuais em sede trabalhista.

QUESTÃO 88

Assinale a alternativa correta, em Direito Constitucional:

- a) as Constituições pátrias de 1891, 1934 e 1946 são exemplos de constituições outorgadas;
- b) a República Federativa do Brasil, formada pelo conjunto indissolúvel da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, assim como o pluralismo político;
- c) é possível distinguir o Poder Constituinte em duas espécies: originário e derivado; o primeiro é instituído na Constituição para o fim de proceder à sua reforma; o segundo tem caráter inicial, produzindo o ordenamento jurídico;
- d) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de metade das Assembléias Legislativas das Unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros;
- e) todas as alternativas são incorretas.

QUESTÃO 89

Sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004 assinale a proposição incorreta:

- a) o ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituo, será mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade judiciária;
- b) em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão ao interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo ao Tribunal Regional do Trabalho decidir o conflito;
- c) extinguiu os Tribunais de Alçada, passando seus membros a integrar os Tribunais de Justiça dos respectivos Estados;
- d) o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução;
- f) as decisões administrativas dos Tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto de dois terços de seus membros.

QUESTÃO 90

Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar:

- a) nas infrações penais comuns, o presidente da República, o vice-presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios ministros e o procurador-geral da República;
- b) originariamente, as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;
- c) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;
- d) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;
- e) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados e aquela em que mais da metade dos membros do Tribunal de origem esteja impedida ou seja direta ou indiretamente interessada.

QUESTÃO 91

Considerando os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, marque a alternativa correta:

- a) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação somente por necessidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição;
- b) é dever da autoridade competente, no caso de iminente perigo público, usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
- c) é livre a locomoção no território nacional a qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
- d) é a todos assegurado, independentemente do pagamento de taxas o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- e) é livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.

QUESTÃO 92

A respeito do processo legislativo, na seara constitucional, assinale a proposição incorreta:

- a) é vedada a edição de medida provisória sobre diretrizes orçamentárias;
- b) se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando;
- c) prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada no Senado Federal;
- d) as leis delegadas serão elaboradas pelo presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional. Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;
- e) as leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

QUESTÃO 93

Assinale a alternativa incorreta :

- a) o ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, será mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;
- b) o juiz residirá obrigatoriamente na Comarca, conforme determina a Constituição Federal;
- c) o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa;
- d) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;
- e) são órgãos da Justiça do Trabalho: o TST, os TRTs e os juízes do trabalho, funcionando junto ao TST a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

QUESTÃO 94

Sobre a ação popular é incorreto afirmar:

- a) a Constituição Federal de 1934 foi o primeiro texto constitucional brasileiro que lhe deu guarida;
- b) qualquer cidadão (eleitor) é parte legítima para propor a ação, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência;
- c) apesar de o Ministério Público não ter legitimação ativa originária para propor a ação, *o parquet é custos legis* e agente impulsionador da produção probatória; assume a titularidade da ação na eventualidade de o autor originário dela desistir, podendo ainda assumir a execução caso o autor popular não inicie a execução dentro de 60 dias do trânsito em julgado;

- d) segundo a doutrina, pode haver dois efeitos na ação popular: a anulação ou a declaração de nulidade do ato lesivo; e a condenação dos réus ao pagamento de perdas e danos decorrentes da prática do ato;
- e) como regra, a causa será proposta no foro ou juízo correspondente ao domicílio do autor da ação.

QUESTÃO 95

Sobre os contratos de natureza civil, assinale a alternativa correta:

- a) se o contrato, por aleatório, dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir, ou, se for aleatório, por serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, desde que de sua parte não tenha concorrido culpa, ainda que a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada;
- b) no momento da conclusão do contrato, pode uma das partes reservar-se a faculdade de indicar a pessoa que deve adquirir os direitos e assumir as obrigações dele decorrentes, desde que comunique a outra no prazo de 10 dias da conclusão do contrato específico a esse respeito lado, se outro não tiver sido estipulado no próprio contrato, tornando eficaz a aceitação da pessoa nomeada por qualquer forma contratual;
- c) a resilição unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente a permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte. Se, porém, dada a natureza do contrato, uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a denúncia unilateral só produzirá efeito depois de transcorrido prazo previsto legalmente para as resilições em geral;
- d) a venda feita a contento do comprador entende-se realizada sob condição suspensiva, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue, e não se reputará perfeita enquanto o adquirente não manifestar seu agrado. A venda sujeita à prova presume-se feita sob a condição resolutiva de que a coisa tenha as qualidades asseguradas pelo vendedor e seja idônea para o fim a que se destina. Em ambos os casos, as obrigações do

comprador, que recebeu, sob condição suspensiva, a coisa comprada, são as de mero comodatário, enquanto não manifeste aceitá-la;

e) todas estão corretas.

QUESTÃO 96

O Controle jurisdicional da administração pode ser exercido por meio de:

- a) mandado de segurança individual;
- b) mandado de segurança coletivo;
- c) ação popular;
- d) *habeas data*;
- e) todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 97

Assinale a alternativa incorreta, em sede de responsabilidade civil, segundo as regras constitucionais e de Direito Civil:

- a) no sistema anterior à Constituição Federal de 1988 a responsabilidade civil do empregador era adstrita à demonstração da ocorrência de culpa grave ou dolo;
- b) após o advento da Constituição de 1988 a irresponsabilidade do empregador por acidente do trabalho ocorre na ausência de culpa (caso fortuito, força maior e culpa exclusiva da vítima) e independentemente da reparação previdenciária decorrente;
- c) com o advento do novo Código Civil e, em especial, o que consta do parágrafo único do art. 927 (“Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem) , surgiram outras teorias aplicáveis à responsabilidade civil do empregador, como a teoria do risco profissional que se particulariza, em essência, com a teoria objetiva;
- d) se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu;

- e) é pacífico o entendimento de que a pensão previdenciária, no caso de acidente do trabalho, deve ser compensada para a fixação de eventual pensão decorrente da responsabilidade civil do empregador.

QUESTÃO 98

Assinale a alternativa correta:

Em sede de Direito Penal, a aplicação do chamado “princípio da insignificância” (delitos de bagatela) no caso concreto:

- a) isenta o réu de pena;
- b) exclui a ilicitude;
- c) exclui a tipicidade do fato;
- d) é circunstância atenuante inominada;
- e) nenhuma dessas alternativas está correta.

QUESTÃO 99

Assinale a alternativa incorreta:

- a) o falso atestado dado por médico, no exercício de função pública, mediante o recebimento de vantagem indevida, configura o crime de corrupção passiva, e não o crime de falsidade de atestado médico;
- b) não há que se falar em arrependimento eficaz se ocorreu a consumação do crime;
- c) é punível a título de culpa a conduta consistente em submeter alguém a condição análoga à de escravo (CP, art. 149);
- d) para efeito de reincidência, não se consideram os crimes militares próprios e os crimes políticos;
- e) constranger alguém mediante violência ou grave ameaça a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinado dia consiste no crime de atentado contra a liberdade do trabalho.

QUESTÃO 100

O crime de extorsão (CP, art. 158)

- a) consuma-se no momento em que o agente obtém a vantagem indevida;
- b) é crime material, permanente, e admite a forma tentada;

- c) consuma-se independentemente da obtenção de indevida vantagem econômica pelo agente;
- d) é crime formal, complexo, e não admite a forma tentada;
- e) não corresponde a nenhuma das alternativas.

